

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.657.241 - SP (2020/0023746-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : TEODORO RIBEIRO DE SOUZA JUNIOR
AGRAVANTE : THELMA LILIAN SANT ANA DE SOUZA
ADVOGADO : PAULO HENRIQUE PEREIRA BARBOSA E OUTRO(S) -
SP228729
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA E OUTRO(S) -
SP123199

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **THELMA LILIAN SANTANA DE SOUZA E OUTROS**, em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 262, e-STJ):

ACÇÃO MONITÓRIA cédula de crédito bancário. CERCEAMENTO DE DEFESA alegação de que os extratos da conta corrente não foram exibidos pedido de nulidade da sentença - inocorrência documentos nos autos que são suficientes para demonstrar com exatidão que as três dívidas anteriores foram novadas planilha de débitos detalhada, com a indicação de que os créditos aportados na conta não foram suficientes para pagar o saldo devedor ausência de nulidade recurso não provido. JUROS REMUNERATÓRIOS - limitação da Lei de Usura (Decreto-lei 22.626/33) - inaplicabilidade às instituições financeiras - inteligência da Súmula vinculante nº 7 e Súmula 596, ambas do C. STF, e Súmula 382 do C. STJ recurso não provido. CUSTO EFETIVO TOTAL Resolução 3517/07 do Banco Central cálculo que engloba os juros remuneratórios e todos os demais encargos incidentes no contrato - previsão específica e legal percentual que, por óbvio, sempre será maior que os juros remuneratórios considerados isoladamente recurso não provido. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS - ajuste posterior à MP 1.963-17/200 de 31 de março de 2.000 (reeditada sob nº 2.170/36), com pactuação expressa - a previsão de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança recurso não provido. HONORÁRIOS MAJORADOS DE OFÍCIO art. 85, § 11, do CPC. DISPOSITIVO recurso não provido.

Nas razões do recurso especial (fls. 271-278, e-STJ), os insurgentes alegam ofensa ao artigo 369 do CPC/15.

Sustentam, em síntese: **a)** cerceamento de defesa, ante o indeferimento de produção de prova essencial para a apuração da dívida; **b)** abusiva cobrança de juros capitalizados.

Contrarrazões às fls. 283-296, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 297-298, e-STJ), a Corte de origem negou seguimento ao recurso especial, no tocante à tese relativa à capitalização de juros, em razão do decidido no Recurso Especial 973.827/RS - Temas 246-247, e não o admitiu

em relação às demais questões.

Daí do agravo do artigo 1042 do CPC/15 (fls. 301-305, e-STJ), em que os recorrentes limitam-se a impugnar o óbice aplicado pela decisão agravada em relação à tese de cerceamento de defesa.

Contraminuta às fls. 323-336, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. Os insurgentes apontam ofensa ao artigo 369 do CPC/15, sustentando cerceamento de defesa, ante o indeferimento de produção de prova essencial para a apuração da dívida

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 264, e-STJ):

Com efeito, não houve cerceamento de defesa, já que a ação trata da cobrança de um único título, que é a cédula de crédito bancário nº 363.707.501, como constou a fls. 02.

Referido contrato está juntado a fls. 33/49, com expressa indicação da numeração, identificação do devedor (item 1 de fls. 33), dados da operação como valor disponibilizado, IOF, valor da parcela mensal, quantidade de parcelas mensais, vencimentos inicial e final, além das taxas de juros nominal e efetiva (item 2 de fls. 33).

Também constou a identificação do avalista, que é justamente o corréu Teodoro (item 3 de fls. 33).

Na sequencia está a descrição integral do contrato, inclusive com menção expressa à novação realizada voluntariamente pelos devedores acerca das dívidas pretéritas, conforme fls. 34 (BB Giro Empre 363706413 + BB Giro Empre 363706772 + BB Capital De 363707033).

Não existe qualquer dúvida a esse respeito. Houve novação e, portanto, os contratos anteriores foram extintos para que apenas essa CCB subsistisse entre as partes, a teor do que dispõem os artigos 360, inciso I e 361, ambos do CC, sendo que, no caso deste último, a interpretação deve ser, evidentemente, contrario sensu.

Sendo assim, não há que se falar em necessidade de juntar os extratos de conta corrente em razão do reescalonamento, já que toda a dívida ficou consolidada em uma só. [grifou-se]

Depreende-se do julgado que a Corte local, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, tendo por base o acervo fático probatório dos autos, concluiu expressamente pela desnecessidade de juntar os extratos de conta corrente pretendidos pelos requeridos, ora recorrentes, ante a suficiente documentação que instrui a demanda (fl. 264, e-STJ), razão pela qual rejeitou o alegado cerceamento de defesa.

Na hipótese, verificar se o acervo probatório foi ou não suficiente para embasar o *decisum* atacado, ou se havia necessidade de produção de outras provas, como pretendido pelos recorrentes, a fim de desconstituir as conclusões a que chegou o órgão julgador, demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, providência esta que é inadmissível na estreita via do recurso especial, consoante o enunciado da Súmula 7 do STJ.

No mesmo sentido, transcrevem-se precedentes desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO. CONTRATO DE LOCAÇÃO. ASSINATURAS FALSAS CONSTATADAS. **PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURAÇÃO SÚMULA Nº 7 DO STJ.** HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FUNDAMENTO DA DECISÃO NÃO IMPUGNADO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 1.021, § 1º, DO NCPC E INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 182 DO STJ. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. (...). **2. Rever as conclusões do Tribunal estadual acerca da suficiência das provas constantes nos autos para formação de seu convencimento e ausência da necessidade da produção de novas perícias, esbarra no óbice da Súmula nº 7 do STJ.** 3. O agravo interno não impugnou a aplicação da Súmula nº 284 do STF pela decisão agravada no sentido de que ficou caracterizada a deficiência recursal, pois a desproporcionalidade dos honorários advocatícios arbitrados, trazida no agravo em recurso especial, não foi demonstrada pela parte agravante. Inobservância do art. 1.021, § 1º, do NCPC, e incidência da Súmula nº 182 do STJ. 4. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (AgInt no AREsp 914.025/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23.05.17, DJe 05.06.17) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. **INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. PRETENSÃO DE REVISÃO DA PREMISSA DE QUE OS ELEMENTOS CONSTANTES NOS AUTOS SÃO SUFICIENTES PARA A CONCLUSÃO DE QUE NÃO HOUE O SUPOSTO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL POR PARTE DAS RECORRIDAS. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.** ADEQUAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no AREsp 1.005.881/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20.02.2018, DJe 01.03.2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. DOIS RECURSOS PELAS MESMAS PARTES. NÃO CONHECIMENTO DA ÚLTIMA INSURGÊNCIA RECURSAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 7/STJ. SIMULAÇÃO. REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. 1. Manejados dois recursos pela mesma parte contra uma única decisão, a preclusão consumativa e o princípio da unirrecorribilidade recursal impedem o exame do que tenha sido protocolizado por último. **2. De acordo com o art. 330, I, do CPC/1973 é facultado ao juízo proferir sentença, desde que não haja necessidade de produzir provas em audiência. Por sua vez, o art. 131 do CPC/1973,**

que trata do princípio da livre persuasão racional, estabelece que cabe ao magistrado avaliar as provas requeridas e rejeitar aquelas que protelariam o andamento do processo, em desrespeito ao princípio da celeridade processual. 3. No caso, depreende-se que o Colegiado Estadual julgou a lide com base no substrato fático-probatório dos autos, cujo reexame é vedado em âmbito de Recurso Especial, ante o óbice do enunciado da Súmula 7 deste Tribunal. Sendo o magistrado o destinatário da prova, compete a ele o exame acerca da necessidade ou não da produção do aporte requerido. 4. Verifica-se que o acolhimento da pretensão recursal sobre a alegada ocorrência de negócio jurídico simulado exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice do enunciado da Súmula 7 do STJ. 5. Agravo interno de fls. 792-800 não provido e agravo interno de fls. 801-809 não conhecido. (AgInt no AREsp 976.292/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06.06.2017, DJe 13.06.2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROVA TESTEMUNHAL. DESNECESSIDADE. INDEFERIMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. CORRETAGEM. MEDIAÇÃO. INEXISTÊNCIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. O juiz é o destinatário final das provas, a quem cabe avaliar quanto à sua efetiva conveniência e necessidade, advindo daí a possibilidade de indeferimento das diligências inúteis ou meramente protelatórias, em consonância com o disposto na parte final do art. 130 do CPC. 2. Desse modo, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que compete às instâncias ordinárias exercer juízo acerca da necessidade ou não de dilação probatória, haja vista sua proximidade com as circunstâncias fáticas da causa, cujo reexame é vedado em âmbito de especial, consoante o enunciado da Súmula 7 deste Tribunal. (...) 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 576.845/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/05/2015, DJe 10/06/2015) [grifou-se]

Na forma da jurisprudência desta Corte, portanto, aferir se as provas são suficientes, bem como analisar a existência da apontada violação aos dispositivos legais citados, como pretendem os insurgentes, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

2. Do exposto, conheço do agravo para **negar provimento** ao recurso especial e, com fulcro no artigo 85, § 11, NCPC, majoro em 10 (dez por cento) o valor dos honorários de sucumbência já arbitrados pelo Tribunal de origem, em favor da parte ora agravada.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator